

A ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO COMO ESPAÇO DE ARTICULAÇÃO DE COMUNIDADES DISCURSIVAS

Knowledge organization as an articulating a space of discursive communities

Walter Clayton de Oliveira


Universidade do Estado de Mato Grosso
Av. Tancredo Neves - Cavahada III, Cáceres - MT, 78200-000
wcoliveira@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-9098-8109> 

José Augusto Chaves Guimarães

Universidade Estadual Paulista – UNESP
Av. Hygino Muzzi Filho, 737 – Campus Universitário
chaves.guimaraes@unesp.br

<https://orcid.org/0000-0002-0310-2331> 

A lista completa com informações dos autores está no final do artigo 

RESUMO

Introdução: A organização do conhecimento constitui uma construção cultural, permeada por valores situados no espaço e no tempo, e caracterizada por uma natureza helicoidal - circular aberta e ascendente – aspecto que reflete a dinâmica das comunidades discursivas nela interagentes, permeadas por forças sociais transformadoras e por uma ética de reciprocidades entre os indivíduos comunicantes.

Objetivos: Busca-se discutir a natureza e as características da tríade de comunidades discursivas ali interagentes – do produtor, do usuário e do organizador/mediador - notadamente em uma perspectiva de auto-organização e em um movimento dinâmico de configuração helicoidal como uma alternativa para melhor compreender os processos, instrumentos e produtos envolvidos.

Métodos: Trata-se de uma reflexão de cunho teórico-especulativo, pautada em que um recorte da literatura internacional sobre organização do conhecimento em sua vertente sociocultural cotejado com as questões relativas às comunidades discursivas de modo subsidiar a argumentação sobre a natureza comunicativa desse contexto.

Resultados: Evidencia-se a necessidade de se considerar que os responsáveis pelo desenvolvimento dos processos de organização e representação do conhecimento assim como os responsáveis pela idealização e elaboração de sistemas de organização do conhecimento constituem igualmente uma comunidade discursiva que, por sua vez, deve estar em plena consonância com as duas outras de modo a propiciar uma ética transcultural de mediação que inclua as diferentes vertentes culturais e suas relações de modo a garantir uma efetiva garantia cultural.

Conclusão: Considerando que a organização do conhecimento constitui uma necessidade humana ao longo da história, acredita-se que a noção de auto-organização na tríade de comunidades discursivas envolvidas na organização do conhecimento – a da produção, a da recepção e a do tratamento – quando compreendida nos termos de uma visão sinérgica, epistemológica e ontológica, confere maior significado teórico e melhor explicitação aos processos, instrumentos e produtos envolvidos.

Palavras-chave: Organização do conhecimento; Comunidades discursivas; Auto-organização.

ABSTRACT

Introduction: Knowledge Organization constitutes a cultural construction, permeated by values located in space and time, and characterized by a helical nature - open and ascending circular - an aspect that reflects the dynamics of the discursive communities interacting within it, permeated by transformative social forces and for an ethics of reciprocity between communicating individuals.

Objectives: We seek to discuss the nature and characteristics of the triad of discursive communities interacting there - the producer, the user and the organizer/mediator - notably from a perspective of self-organization and in a dynamic movement of helical configuration as an alternative to better understand the processes, instruments and products involved.

Methods: This is a reflection of a theoretical-speculative nature, based on a section of international literature on Knowledge Organization in its sociocultural aspect compared with issues related to discursive communities in order to support the argument about the communicative nature of this context.

Results: The need to consider that those responsible for developing knowledge organization and representation processes as well as those responsible for the idealization and elaboration of knowledge organization systems equally constitute a discursive community which, in turn, must be in full accordance with the other two in order to provide a transcultural ethics of mediation that includes different cultural aspects and their relationships in order to guarantee an effective cultural guarantee.

Conclusion: Considering that knowledge organization represents a human need throughout history, it is believed that the notion of self-organization in the triad of discursive communities involved – production, reception and treatment – when understood in terms of a synergetic, epistemological and ontological vision, it gives greater theoretical meaning and better explanation to the processes, instruments and products involved.

Keywords: Knowledge organization; Discursive communities; Self-organization

1 INTRODUÇÃO

Enquanto espaços permeados antes por uma vida comunitária regulada por interações e contextos do que por instâncias normativas, as comunidades discursivas apresentam, desse modo, uma natureza orgânica e, indo além da coincidência histórica entre espaço e tempo, fazem valer o salvo-conduto para estar em toda parte sem sair do lugar.

Longe de dispensar os indivíduos de deveres éticos, as comunidades discursivas propõem uma coexistência auto-organizada, em constantes revisões¹. Isso leva a que condutas padronizadas com base em uma "maioria moral" hegemônica (normas e interdições a serviço das totalidades dominantes) deem lugar a uma ética que se apoia em regras e valores consensualmente estabelecidos pelas células de indivíduos, respeitando-se a pluralidade de microcontextos, os projetos societários e, acima de tudo, a liberdade de manifestação do pensamento.

Por sua natureza helicoidal - circular aberta e ascendente – as comunidades discursivas resistem a formas de regulamentação externa ou de censura, consolidando-se como canais de comunicação, informações e ideias, em moldes interativos e descentralizados. Esses canais, por sua vez, são permeados por forças sociais transformadoras que anseiam projetar as comunidades discursivas como ambientes propícios a uma ética de reciprocidades entre os indivíduos comunicantes.

¹ Vale aqui resgatar o princípio budista segundo o qual nada é permanente pois há ciclos que, periodicamente, se abrem e se fecham em nossa vida porque tudo existe e se coloca no tempo e no espaço.

Como consequência, as comunidades discursivas, entrelaçadas às ações concretas dos movimentos coletivos, atuam como grãos que aspiram correlatar-se para tecer dinâmicas éticas solidárias e formas evoluídas de opinião pública, muito além da interatividade propiciada por suas redes.

Desse modo, tem-se por questão de pesquisa a necessidade de se discutir como se efetiva esse processo, de onde emerge o objetivo de discutir a natureza e as características da tríade de comunidades discursivas ali interagentes – do produtor, do usuário e do organizador/mediador - notadamente em uma perspectiva de auto-organização e em um movimento dinâmico de configuração helicoidal como uma alternativa para melhor compreender os processos, instrumentos e produtos envolvidos.

Para além das possibilidades interativas das comunidades discursivas, especial importância reside nas reapropriações que cada receptor/usuário elabora, nesse movimento interativo, em uma permanente negociação de sentidos envolvendo os aspectos culturais, econômicos e sociais. Isso resulta em uma imbricação de sentidos que favorece o surgimento do "sincretismo" do qual nos fala Canevacci (1996). Assim, o processo de interação dos elementos socioculturais existentes, tanto na recepção como na emissão, deve ser visto como algo que proporciona uma troca entre os dois lados; uma multiplicidade que precede a unidade.

Nesse contexto, pode-se afirmar que os processos (tais como a leitura documentária, a identificação e seleção de conceitos, a condensação), os instrumentos (tais como os esquemas de classificação, os tesouros, as listas de cabeçalhos de assunto, as taxonomias, as folksonomias e as ontologias, entre outros) e produtos (tais como as notações, os descritores, as *tags* e outros) da organização do conhecimento atuam como elementos mediadores de comunidades discursivas de produção e de apropriação do conhecimento para a geração de um novo conhecimento. Por sua vez, essa instância mediadora possui sua própria discursividade, que necessita estar em consonância com os dois polos mencionados para que se efetive o processo comunicativo.

Desse modo, o presente artigo, sob o aspecto metodológico, traz uma reflexão de cunho teórico-especulativo, pautada em um recorte da literatura internacional sobre organização do conhecimento em sua vertente sociocultural, cotejado com as questões relativas às comunidades discursivas, de modo subsidiar a argumentação sobre a natureza comunicativa desse contexto.

2 ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

A organização do conhecimento, enquanto disciplina nominada como tal, em sua origem, remonta à obra “*A organização do conhecimento e o sistema das ciências*, de Evelyn Bliss, em 1931” (DAHLBERG, 1993, p. 211), ainda que a preocupação em organizar o conhecimento produzido pelo homem acompanhe a história da humanidade desde a Antiguidade, passando pelas categorias aristotélicas, pelo *Trivium* e o *Quadrivium* caracterizadores do ensino das artes liberais na Idade Média, pela *Encyclopédie* de Diderot e D’Alembert durante o Iluminismo, pela Taxonomia dos Seres Vivos de Lineu, e, notadamente a partir do século XIX, com os sistemas de organização do conhecimento para fins documentais, com os trabalhos de Dewey, Otlet, La Fontaine e Ranganathan, entre outros (SAN SEGUNDO, 1996). Essa trajetória, por sua vez, reflete uma cronologia definida por Pombo (1998), como organização dos saberes, dos seres e dos documentos.

No decorrer das três últimas décadas e, em especial a partir da criação da *International Society for Knowledge Organization* (ISKO), a organização do conhecimento vem se situando “na encruzilhada de ciências como a Psicologia, a Epistemologia, a Ciência da Informação, a Ciência da Comunicação, a Linguística, a Matemática, a Lógica e a Ciência da Computação” (GARCÍA MARCO, 1997, p. 211). Nesse contexto, a área se depara com os desafios de um mundo em que a produção e conhecimento cresce de forma exponencial sem que o acesso a ela ocorra na mesma medida (JAENECKE, 1994).

Para Barité (2001), o conhecimento, conceitualmente falando, enquanto objeto da organização do conhecimento, assenta-se sobre um conjunto de premissas que evidenciam ser ele um produto ou uma necessidade social, decorrer da informação e, ao socializar-se, voltar a ser informação. Ademais, apresenta uma estrutura de comunicação aberta e sua organização – que é artificial, temporária e determinista e pode se realizar de diferentes formas - visa a um melhor aproveitamento individual e social. Para tanto, pressupõe materialidade (registro) e socialização, de modo a permitir uso indiscriminado. Vale destacar que o conhecimento, para o referido autor, se expressa por meio de conceitos sendo organizado por sistemas de conceitos para fins científicos, funcionais ou de documentação segundo leis uniformes e previsíveis, e se aplicam do mesmo modo a qualquer área disciplinar².

² A literatura da área vem buscando, ao longo do tempo, discutir a dimensão conceitual da organização do conhecimento como substrato à sua configuração científica

No âmbito específico da Ciência da Informação, a Organização do Conhecimento vem sendo apropriada como uma área centrada em descrever, representar e organizar documentos, seja por meio da atuação humana seja por processos automáticos (HJØRLAND, 2008 b).

Referindo-se às abordagens ou tradições de pesquisa na área, Hjørland (2011, 2015) destaca, preliminarmente, a existência de abordagens *human-based* e *machine-based*. Nesse sentido, o referido autor ressalta que ambas as tradições podem, similantemente, desenvolver suas classificações calcadas em citações, ao que se alia o fato de profissionais indexadores e programadores desenvolverem seu trabalho a partir dos corpos de conhecimentos de que dispõem, estas pautadas em teorias de conhecimento subjacentes. (CAFÉ; BRASCHER, 2011; DAHLBERG, 1993, 2006; FURNER, 2009; GNOLI, 2008; HJØRLAND, 2008, 2009; JAENECKE, 1994; KIEL, 1994; LÓPEZ-HUERTAS, 2008; TENNIS, 2008).

Relativamente ao conteúdo, Hjørland (2017) sugere abordagens oriundas do próprio campo da organização do conhecimento e as abordagens que, embora provenientes de outros campos, interagem e são aplicáveis à organização do conhecimento³. No âmbito interno, o referido autor identifica, inicialmente, uma abordagem prática ou intuitiva, voltada para questões de padronização que propiciem, por exemplo, o compartilhamento de um mesmo sistema de classificação e de um mesmo tesouro ou vocabulário controlado por várias bibliotecas e, conseqüentemente, o compartilhamento de representações de conteúdo, tais como indexações e notações classificatórias.

Uma segunda abordagem, denominada consensual, tem origem nas concepções de Bliss (1929, 1933) no sentido de que o estabelecimento de classes de assuntos em um sistema deve refletir os padrões academicamente estabelecidos pelos cientistas e educadores (DROBNICKI, 1996).

A abordagem facetada, por sua vez, com origem nos estudos de Ranganathan e do *Classification Research Group* a partir dos princípios historicamente construídos de divisão

³ Paralelamente a essas abordagens, Hjørland (2017)) destaca outras, externas, mas que devem ser levadas em consideração no desenvolvimento de processos produtos e instrumentos de organização do conhecimento, nomeadamente as abordagens relativas aos estudos métricos em informação e à recuperação da informação. Os estudo métrico sem informação (bibliometria, altmetria, infometria, cientometria, webometria), por meio de técnicas ligadas a citação, cocitação, acoplamento bibliográfico e outras são especialmente importante para a caracterização e o estudo do comportamento de domínios ao passo que a recuperação a informação, por meio de “estudos das relações estatísticas entre termos, documentos e coleções”, contribuem para que a organização do conhecimento possa fazer frente ao desafio de “auxiliar os usuários a identificar documentos relevantes”.

lógica, possibilitando a construção de representações de classes específicas a partir da realidade de cada documento, por meio da concatenação de facetas e subfacetas. Essa abordagem tem sua fortaleza nos princípios lógicos utilizados e na forma como fornece estrutura para os sistemas de organização do conhecimento, mas apresenta como fragilidade a falta de uma base empírica em sua metodologia (HJØRLAND, 2017).

Fruto de uma realidade do século XX, e com forte influência dos sistemas automatizados, tem-se a abordagem cognitiva, centrada na figura do usuário individualmente considerado. Segundo essa abordagem, os sistemas de organização do conhecimento devem basear-se em estudos do usuário e na forma como se desenvolve seu processo cognitivo.

Indo em uma outra direção, a abordagem epistemológica ou analítica de domínio pauta-se nos contextos e nas comunidades envolvidas em que um mesmo objeto pode estar no foco de análise de distintas comunidades, ainda que estas o interpretem de diferente maneira. Desse modo, o conceito daquilo que pode ou não ser informativo encontra-se na dependência do ponto de vista adotado por aquela comunidade que realiza a interpretação, valendo-se de processos, métodos, instrumentos que lhe são próprios. (HJØRLAND, 2002a)

A perspectiva epistemológica constitui, no âmbito da organização do conhecimento, um *turning point* conceitual em que o conhecimento passa de uma “certeza subjetiva e objetivamente conclusiva acerca da existência de um fato ou de uma condição (...) não sendo transferível e podendo ser adquirida tão somente por meio de uma reflexão pessoal” (DAHLBERG, 1995, p.10), para “um produto, uma necessidade e um dínamo social” (BARITÉ, 2001, p.42). Essa perspectiva, de natureza sociocognitiva, incorpora as dimensões dos usuários (socialmente considerados) e dos contextos (HJØRLAND, 2002 a, 2002b, 2003, 2009, 2010, 2013; HJØRLAND; ALBRECHTSEN, 1995; HJØRLAND; NICOLAISEN, 2010).

Como destaca Guimarães (2017), a perspectiva epistemológica da organização do conhecimento contempla a abordagem da análise de domínio⁴, diretamente relacionada ao

4 Hjørland (2017) destaca que um domínio, enquanto objeto de análise de domínio, pode se apresentar em três perspectivas: a) Ontológica (teorias e conceitos relativos a um ramo de atividade humana; Epistemológica (teorias, metodologias e conceitos relativos à forma como se constrói e se adquire conhecimento) e Sociológica (conceitos sobre os grupos de pessoas envolvidas com um dado objeto). Essa última perspectiva, que se pauta nos atores, aproxima-se da concepção de “comunidades epistêmicas” (HAAS, 1989, 1992; MEYER; MOLINEUX-HODGESON, 2010; NASCIMENTO; MARTELETO, 2008). Tal aspecto por sua vez, encontra reflexo em Smiraglia (2013, p.111) que, ao descreve a literatura sobre os domínios, refere-se a vertentes que os identificam com disciplinas, com ecologias do trabalho ou com comunidades discursivas.

contexto e às comunidades discursivas nas quais a organização do conhecimento se efetiva. Tais comunidades discursivas, por sua vez, emergem da divisão social do trabalho e refletem, por meio de seus integrantes, uma ecologia do trabalho (HJØRLAND; ALBRECHTSEN, 1995; HJØRLAND, 2002ab; SMIRAGLIA, 2012; TENNIS, 2003).

Desse modo, a partir de um grupo com uma ontologia coerente que compartilha uma mesma epistemologia, que lhe confere as fronteiras intelectuais, tem-se um colégio invisível que pressupõe elementos intelectuais comuns e um discurso efetivo que ocorrem em uma unidade socialmente estruturada. Com isso, torna-se possível identificar, por um lado, correntes teóricas e, por outro, um “*social networking* do mundo acadêmico” (SMIRAGLIA, 2012).

No contexto da Ciência da Informação, a Organização do conhecimento fornece uma infraestrutura ontológica heideggeriana para comunidades discursivas valendo-se de estruturas interpretativas oriundas da análise de domínio (HJØRLAND, 2002abc; HJØRLAND, 2017; HJØRLAND; ALBRECHTSEN, 1995; TENNIS, 2003) e da hermenêutica (ALMEIDA, 2022; CAPURRO, 2010; MENDES *et al.*, 2017; OLIVEIRA, 2013).

E é no conceito de comunidade discursiva que a organização do conhecimento, nessa vertente epistemológica, encontra uma base sólida para seu desenvolvimento na medida em que, como assevera Lara (2008, p. 4), “as comunidades discursivas constituem o principal apoio para a integração das referências de uso aos instrumentos de organização e acesso à informação”.

O conceito de comunidades discursivas assume especial relevância na denominada abordagem cultural da organização do conhecimento que, ao considerar o contexto de produção e de apropriação como balizas para que se efetive a organização, leva em consideração as variáveis de espaço e de tempo, as idiosincrasias, os valores, os vieses e mesmo os potenciais preconceitos envolvidos nas instâncias de produção, organização e uso/apropriação do conhecimento (BEGHTOL, 2002, 2005; GARCÍA GUTIÉRREZ, 2002; GUIMARÃES, 2006, 2017; HUDON, 1997, 1999; OLSON, 2002).

3 COMUNIDADES DISCURSIVAS

Ao longo da história, o uso do termo comunidade revelou sua condição polissêmica; daí, provavelmente, as polêmicas e discussões que tem provocado em diversos campos do conhecimento.

O termo comunidade “é amplamente utilizado para se referir a um tipo ideal de relações sociais conhecido como *Gemeinschaft* e cujo embrião se acha nas relações individuais de parentesco” (TÖNNIES, 1947, p. 37). Para tanto, engloba um conjunto de relações voluntárias, sociais e recíprocas, unidas por um imutável “sentimento de ser um de nós” em contraste com as associações impessoais movidas por um sentimento utilitarista que caracteriza a vida moderna, industrial e urbana. A comunidade pressupõe a solidariedade entre todos aqueles que a integram: é uma entidade que é vista como resultado de compromisso, envolvimento, responsabilidade e respeito mútuos entre a sociedade e seus membros.

Em tempos mais recentes, há quem argumente que o conceito de comunidade se encontra em crise devido a uma dinâmica de individualismo cada vez mais acentuada em nossa sociedade. Por outro lado, há os que defendem que a existência de meios de comunicação privilegia o encontro e a ligação voluntária de grupos, inclusive as denominadas comunidades discursivas.

Embora presentes em todas as estruturas sociais, as comunidades discursivas possuem uma representação mais efetiva nos ambientes educacionais e científicos, como a universidade, pelo fato de estes propiciarem mais e melhores oportunidades e experiências de aprendizagem e de pesquisas relacionadas à configuração dos discursos. Swales (1990) foi talvez o primeiro a enquadrar o conceito de comunidade discursiva no campo acadêmico e em pesquisa, ao destacar o domínio dos gêneros discursivos das disciplinas e das convenções retóricas das quais se alimentam como meio de acesso e participação nas comunidades.

As comunidades discursivas são criadas a partir da interação de um conjunto complexo de discursos tendo raízes simultaneamente nas perspectivas socioculturais e tecnológicas. Nelas, indivíduos se identificam entre si, por meio de fatores ocupacionais, de especialidade ou de gostos pessoais de tal modo que indivíduos pertencentes a uma comunidade discursiva não só dominam um determinado repertório de gêneros discursivos, hábitos e experiências em comum, como também conservam uma relação de aproximação entre si⁵. A isso se alia a diversidade de pontos de vista de seus atores, possuidores de distintas predisposições, critérios de relevância, estilos cognitivos e estruturas de

⁵ O conceito de comunidade discursiva designa os grupos que existem na e pela enunciação de signos que eles produzem e fazem circular. Há a imbricação de uma certa configuração simbólica e do modo de existência de um conjunto definido de indivíduos.

conhecimento em que a dinâmica das comunidades discursivas atua como um elemento de interação entre o nível individual e o nível social (DIAS, 2015).

Swales (1990), em estudos sobre a temática, identificou seis parâmetros fundamentais para a categorização e definição de uma comunidade discursiva: a) objetivos comuns: sejam eles tácitos ou expressos (registrados), tendo por elementos caracterizados o seu compartilhamento; b) mecanismos participatórios de intercomunicação entre seus membros (eventos, reuniões, correspondências); c) ações concomitantes de obtenção e de transmissão de informação do indivíduo que participa da comunidade; d) diversidade de gêneros de comunicação que, por sua vez, criam expectativas discursivas que podem envolver a apropriação de conteúdo, forma, função, posicionamento de elementos discursivos; e) compartilhamento de um léxico específico a partir de uma terminologia especializada e f) membros com relevância de conteúdo e proficiência discursiva em um contínuo movimento de entrada e saída.

A partir dessa caracterização seminal das comunidades discursivas preconizada por Swales (1990), que segue sendo referência em estudos atuais sobre o tema, poder-se-iam cogitar ainda as cinco características, como se verifica a seguir.

De pronto, e como já afirmado, há de se considerar que essas comunidades apresentam uma **natureza helicoidal** na medida em que estruturas anteriores não agridem e, mesmo, sustentam estruturas posteriores em um movimento contínuo de auto-organização, de reinvenção, de aproximação com novas tendências que contribuem para garantir sua continuidade e a de outras comunidades. São, assim, mais uma forma de promover a integração, colaboração e cooperação, seja em que tempo e lugar, entre os seres humanos que, uma vez integradas aos meios, possuem responsabilidades sociais, ecológicas, históricas e econômicas. Enquanto comunidades reais que se estendem aos ambientes virtuais, as comunidades discursivas participam das ações das sociedades presenciais e interagem com os demais componentes da sociedade, contribuindo para a garantia da manutenção dos insumos de natureza social.

A **interdependência** igualmente caracteriza as comunidades discursivas, que se estruturam por meio da interligação em uma vasta e intrincada rede de relações. A formação de uma comunidade pressupõe a necessidade de composição entre os membros envolvidos para a formação de “teias” a partir de suas colaborações mútuas. As atividades coletivas estimulam o sucesso de todos de tal modo que um membro nunca está sozinho nas suas ações, mas intrinsecamente relacionado com seu meio, seu contexto e, conseqüentemente, possui uma relação de interdependência com todos os componentes

da comunidade na medida em que as trocas, o aprendizado e as experiências vividas dependem das ações de todos, e quanto maior for essa participação coletiva, maior será a integração e a interdependência entre as partes. As comunidades discursivas possuem entrada de informações, emoções e dados que norteiam seu funcionamento o que, por sua vez, depende das ações de seus membros para colocar em prática os objetivos para as quais estas comunidades foram criadas. Os efeitos produzidos pelas relações entre os membros raramente são lineares na medida em que não afetam apenas um único membro, mas atingem toda a comunidade: o sucesso da comunidade depende do sucesso de cada um de seus membros, enquanto o sucesso de cada membro depende do sucesso da comunidade como um todo.

Como decorrência, tem-se uma característica de **parceria** na medida em que os intercâmbios helicoidais de energia e de recursos são sustentados por uma **cooperação** generalizada. Com isso, a participação em parceria dos membros de uma comunidade promove maior envolvimento, comprometimento, preservação e crescimento coletivo, ampliando as possibilidades de alcançar o sucesso dos objetivos pré-estabelecidos pelos membros da comunidade discursiva. Essa relação de dependência e de parceria pode ser percebida, por exemplo, a partir das mensagens trocadas nas listas de discussão, salas de chat e até mesmo em publicações de trabalhos de conscientização, de alerta e de informativos, visando a desenvolver o espírito de coparticipação, de ecoevolução da comunidade e a assegurar a qualidade para a qual se propõe.

A **flexibilidade** igualmente se coloca a partir de um movimento de constante alteração conforme as circunstâncias, a partir dos fatos e das novas percepções e sentimentos que ocorrem entre os membros de uma comunidade. Segundo Barreto (2004), a liberdade nas redes se liga à liberdade dos fluxos de informação e à da própria interação com as estruturas de informação. Assim, a interatividade não favorece apenas as trocas de mensagens como, também, a sua apropriação e reformatação, assemelhando-se a uma hélice cuja estrutura se configura conforme os equilíbrios vão sendo reconstruídos. Aliando-se à cooperação e parceria, a flexibilidade pressupõe união de esforços visando a garantir a sustentabilidade do ecossistema discursivo. Nesse contexto, a flexibilidade para adaptação ao meio, expressa nas atitudes dos membros de uma comunidade discursiva, torna-se especialmente necessária em virtude do surgimento de forças em diferentes sentidos, tanto contra quanto a favor das ações cooperativas.

Se a hegemonia manipula interesses restritos, a **heterogeneidade** favorece a criatividade, a inovação e a criação de situações não vividas, e gera conflitos que, se bem

conduzidos, podem ter um efeito positivo. Ao ampliar a elasticidade das comunidades permite-se a existência de ondas maiores, tornando mais ricas e mais construtivas as experiências para seus membros. É necessário, pois, perceber o além de nossas atitudes e de nossas relações com nossos parceiros, em uma abertura para atuar – e brilhar - cooperativamente, aprender a viver com toda a diversidade que nos cerca, e favorecer novas oportunidades de estágios de equilíbrio para não nos deixar morrer, ou se morrermos, perpetuarmos em outras comunidades, fortalecendo, assim, a teia da vida.

Para Benedict Anderson (1983), as comunidades devem ser distinguidas pela forma em que são imaginadas pois é daí que criam a imagem de comunhão entre seus integrantes que podem ser, inclusive, momentâneos ou anônimos.

Tentando averiguar a relevância das comunidades discursivas, Amorim e Café (2016) afirmam que, nela, o acesso universal e a liberdade de se comunicar coexistem. A interatividade tem a ver, aí, com as conexões humanas, com a conversação, servindo a comunidades e indivíduos e não a audiências massificadas.

Na “estrutura de comunicação”, pretende-se levantar quem produz, quem recebe, quais os canais de informação; nos “padrões de comunicação” busca-se informações sobre epistemologia e tendências do domínio em questão; por fim, na “linguagem empregada” pretende-se identificar os padrões de uso da linguagem, os conceitos e as relações, além da existência de vocabulários controlados. Diante desse quadro, nos interessa três principais conceitos recorrentes nos textos de Hjørland que se referem à Análise de Domínio: a comunidade discursiva, que se relaciona com os padrões de comunicação; domínio, com a estrutura de comunicação; e linguagem, com o uso da linguagem. (AMORIM; CAFÉ, 2016, p.9).

Acerca da tênue – e tensa – relação entre o individual e o coletivo, cumpre destacar que a importância de nossas relações com os outros para a afirmação de nossa autoidentidade jamais cessa, porque a autoconsciência pressupõe o reconhecimento de si próprio na pessoa do outro. Contudo, quando o privado se torna mais abrangente e a imagem de mundo, própria de um indivíduo pessoa, se torna mais fortalecida, pode-se perder a visão do outro. Por outro lado, e como destacam Amorim e Café (2016), não se deve deixar o acesso universal obscurecer a liberdade de se comunicar porque a obtenção de algo que se assemelhe ao acesso universal pode levar à compreensão equivocada de que traz consigo a obtenção também de uma opinião pública.

Melo *et al.* (2017) observou que a comunicação sempre envolve uma dialética entre tendências centrífugas e centrípetas inconscientes relativamente à autoexpressão. As comunicações ampliam essa capacidade de forma para que se possa, simultaneamente,

expressar o "eu" e o "outro", o indivíduo e a comunidade. Essa dialética, por sua vez, envolve uma oscilação contínua entre abertura e fechamento - uma forma flexível de ajustar a entrada de informação ou mudança de entropia – em que as formas positivas de abertura incorporam os dogmas da solidariedade com os quais os indivíduos se beneficiam mutuamente do cruzamento de seus conhecimentos.

O espírito de comunidade é algo essencial à vitalidade do universo comunitário, em especial no meio virtual, uma vez que uma comunidade discursiva se caracteriza pelo critério subjetivo do "estar-junto", um sentimento de conectividade e de pertencimento por parte dos indivíduos. As comunidades discursivas são, pois, algo que requer muito mais que o mero ato de se conectar.

4 COMUNIDADES DISCURSIVAS E ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

A organização do conhecimento constitui uma atividade mediadora de contextos por definição, na medida em que se vale de um contexto de produção, registro e socialização do conhecimento para, por meio de um contexto de processos, instrumentos e produtos de organização e da representação do conhecimento, torná-lo acessível a e “apropriável” por um dado contexto usuário.

Esse conjunto de contextos, por sua vez, encontra-se permeado de valores, conceitos, terminologias e visões de mundo que são inerentes às comunidades discursivas envolvidas. Assim, tem-se a considerar, em um primeiro momento, que o produtor do conhecimento integra uma dada comunidade discursiva – junto com seus pares – na qual busca referências e para a qual igualmente serve de referência, em uma atividade dialógica permeada por valores, conceitos e terminologia comuns. Uma vez produzido, registrado e socializado para que possa ter materialidade no espaço permanência no tempo (SMIT; BARRETO, 2002), o conhecimento assume uma dimensão institucional, em espaços responsáveis pela “gestão institucional dos saberes” (FERNANDES, 1995). Nesse momento, a atividade mediadora se efetiva de maneira mais evidente, pois o conhecimento é reconhecido enquanto um conjunto de conteúdos que, por sua vez, são objeto de representação em instrumentos, ou sistemas de organização do conhecimento.

E é exatamente nesse movimento interativo de comunidades discursivas de produção e de recepção/reapropriação de conhecimento que se colocam os processos,

instrumentos e produtos da organização do conhecimento enquanto elementos mediadores por natureza. Tais elementos, por sua vez, são representativos de uma outra comunidade discursiva, igualmente permeada por valores, conceitos e terminologias que, para possibilitar o processo comunicativo oriundo desse “poder de nomear” (OLSON, 2002) que lhe é outorgado pela sociedade, necessita estar em consonância com as comunidades discursivas de produção e de recepção / apropriação do conhecimento sem, no entanto, abrir mão de sua própria identidade.

Uma primeira comunidade discursiva a considerar reside na dos produtores de um dado conhecimento na medida em que o autor de uma obra deixa de ser uma entidade em si mesma para atuar como representativo de uma comunidade com valores, idiossincrasias, conceitos, terminologias e capital intelectual e cultural próprios⁶. Ademais, esse autor traz consigo, e em sua obra, um quadro de referências intelectuais e de marcos teóricos, representativos não apenas de uma dada escola de pensamento como também de um quadro ideológico, de uma visão de mundo. Essa comunidade, por sua vez, se evidencia no reconhecimento do contexto de produção de um dado conhecimento materializado e socializado o que, no caso da organização do conhecimento arquivístico, por exemplo, reside na assunção de dois princípios norteadores: respeito aos fundos e proveniência (TOGNOLI; SCHMIDT; GUIMARÃES, 2022).

Em segundo lugar, vale destacar a comunidade discursiva à qual se destinam os processos, instrumentos e produtos da Organização do Conhecimento, qual seja, a comunidade usuária que, uma vez apropriando-se daquele conhecimento, dele valer-se-á para produzir novo conhecimento, no movimento helicoidal anteriormente mencionado. Em um ambiente especializado, via de regra identificam-se fortes convergências entre a comunidade de produtores e a comunidade de usuários desse conhecimento pelo fato de integrarem um mesmo domínio. No entanto, tal assertiva não é absoluta pois variações culturais podem ocorrer entre ambas as comunidades, no mais das vezes em virtude do tempo e do espaço (GUIMARÃES, 2017). Relativamente à comunidade receptora, ou de uso, fundamental se torna o estudo de seu perfil e de suas necessidades/expectativas como subsídio às atividades mediadoras da organização do conhecimento, para que se possam evitar vieses como a representação preconceituosa, que podem afastar o usuário por não

⁶ Aqui entendidos, segundo a concepção de Bourdieu (1997, 1998), a rede de contatos sociais em uma dada comunidade e o conjunto de conhecimentos e informações de um sujeito ou grupo.

se sentir incluído/representado e, como decorrência, perder a confiança naquela representação (BERMAN, 1971; OLSON, 2002).

Mas para que processo comunicativo efetivamente se estabeleça entre as duas comunidades anteriormente mencionadas, é importante considerar que os responsáveis pelo desenvolvimento dos processos de organização e representação do conhecimento assim como os responsáveis pela idealização e elaboração de sistemas de organização do conhecimento constituem igualmente uma comunidade discursiva que, por sua vez, deve estar em plena consonância com as duas outras de modo a propiciar aquilo que Antonio García-Gutiérrez denomina como “ética transcultural de mediação”, por meio de uma epistemografia interativa que inclua as diferentes vertentes culturais e suas relações de modo a garantir uma efetiva garantia cultural que vá além da garantia literária (centrada na produção) e da garantia de uso (BEGHTOL, 2002, 2005; GARCÍA-GUTIÉRREZ, 2002).

5 CONCLUSÃO

Diante das novidades tecno-científicas, muitas vezes percebidas isolada e ingenuamente como algo “caído do céu”, esquecemos o sistema aberto e dinâmico que elas constroem, sua interconexão nas comunidades discursivas, e sua inserção conflituosa nos processos socioculturais em andamento. Desse modo, as diferentes possibilidades que elas oferecem ao devir humano, plêiade de possibilidades raramente percebido em sua totalidade, deveria constituir, antes de mais nada, objeto de deliberação e de escolha, dentre outros.

No que diz respeito aos artefatos de informação e de comunicação, não é mais possível negligenciar a dimensão de interioridade, de subjetividade coletiva, de ética e de sensibilidade que envolvem as decisões supostamente mais técnicas. Há de se convir que a humanidade se encontra prestes a adquirir novos instrumentos de poder sobre si mesma e sobre o meio ambiente, que podem alterar fundamentalmente sua natureza de tal forma que a existência do Homem já não pode mais da ação de ser revolucionado por sua autoconsciência, aqui entendendo-se a cultura, seus parâmetros de interação, que chamamos sociedade, e sua própria estrutura biológica.

Essa possibilidade de o Homem ser revolucionado, metamorfoseado, sugere, por decorrência, que as comunidades discursivas estão em constante processo de auto-organização em uma dinâmica que pressupõe interação, integração e cooperação.

Considerando que a organização do conhecimento vem ocorrendo como uma necessidade humana, esta acompanha o desenrolar da história, na medida em que, ao propiciar o reconhecimento e a construção das bases do conhecimento, contribuiu para o Homem fazer-se Homem. Nesse contexto, acredita-se que a noção de auto-organização na tríade de comunidades discursivas envolvidas na organização do conhecimento – a da produção, a da recepção e a do tratamento – quando compreendida nos termos de uma visão sinérgica, epistemológica e ontológica, confere maior significado teórico e melhor explicitação aos processos, instrumentos e produtos envolvidos.

Para concluir, e considerando que as comunidades discursivas testemunham uma das dimensões da complexidade, recordam-se as palavras de Edgard Morin (2001, p.21) ao alertar que “para enfrentarmos o desafio da complexidade, precisamos de princípios organizadores do conhecimento”.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Patrícia de. A hermenêutica na Ciência da Informação: da revisão de literatura ao esboço de uma metodologia. **Ibersid: Revista de Sistemas de Información Y Documentación**, Zaragoza, v. 16, p. 83-92, 2022.

AMORIM, Igor Soares; CAFÉ, Ligia Maria Arruda. Os conceitos de comunidade discursiva, domínio e linguagem na análise de domínio hjørlandiana. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 17., 2016, Bahia. **Anais [...]**. Bahia, 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/190585>. Acesso em: 22 nov. 2022.

ANDERSON, Benedict. **Imagined communities**: reflections on the origin and spread of nationalism. London: Verso, 1983.

BARITÉ, Mario. Organización del conocimiento: un nuevo marco teórico-conceptual en bibliotecología y documentación. *In*: CARRARA, Kester (org.). **Educação, universidade e pesquisa**: textos completos do III Simpósio em Filosofia e Ciência: paradigmas do conhecimento no final do milênio. Marília: Unesp-Marília-Publicações; São Paulo: FAPESP, 2001. p. 35-60.

BARRETO, Aldo de Albuquerque. As palavras voam, a escrita permanece: a aventura do hipertexto. **DataGramZero**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 5, p. A01, 2004. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/6547>. Acesso em: 22 de novembro de 2022.

BEGHTOL, Clare. Bibliographic classification theory and text linguistics: aboutness analysis, intertextuality and the cognitive act of classifying documents. **Journal of Documentation**, London, v. 42, n. 2, p. 84-113, June. 1986.

BEGHTOL, Clare. A proposed ethical warrant for global knowledge representation and organization systems. **Journal of Documentation**, London, v. 58, n.5, p.507-32, 2002.

BEGHTOL, Clare. Ethical decision-making for knowledge representation and organization systems for global use. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, Hoboken, NJ, v.56, n.9, p.903-91, 2005.

- BERMAN, Sanford. **Prejudices and antipathies**: a tract of Library of Congress Subjects Headings concerning people. Metuchen: Scarecrow Press, 1971.
- BLISS, Henry Evelyn. **The organization of knowledge and the system of the sciences**. New York: Henry Holt and Company, 1929.
- BLISS, Henry Evelyn. **The organization of knowledge in libraries and the subject-approach to books**. New York: The H. W. Wilson Company, 1933.
- BOURDIEU, Pierre. **Capital cultural, escuela y espacio social**. Mexico D.F.: Siglo Veiteuno, 1997.
- BOURDIEU, Pierre. O capital social: notas provisórias. *In*: CATANI, A.; NOGUEIRA, M. (org.) **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CAFÉ, Lígia; BRASCHER, Marisa. Organização do conhecimento: teorias semânticas base para estudo e representação de conceitos. **Informação e Informação**, Londrina, v.16, n.3, p. 25-51, 2011. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/10388>. Acesso em: 18 nov. 2022.
- CANEVACCI, Massimo. **Sincretismo**: uma exploração das hibridações culturais. São Paulo: Studio Nobel; Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro; Instituto Italiano de Cultura, 1996.
- CAPURRO, Rafael. La Hermenéutica frente al desafío de la técnica digital. Hermeneutics and the challenge of digital technology. **Liinc em revista**, Rio de Janeiro, n. 2, v. 6, 2010. (Dossiê Linguagem, Informação e Nova Dinâmica Social). Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/3264>. Acesso em: 16 nov. 2022.
- DAHLBERG, Ingetraut. Knowledge organization: its scope and possibilities. **Knowledge Organization**, Würzburg, v. 20, n. 4, p. 211-222, 1993.
- DAHLBERG, Ingetraut. Current trends in knowledge organization. *In*: García Marco, Francisco Javier (ed.). **Organización del conocimiento em sistemas de información y documentación**. Zaragoza: Universidad de Zaragoza, 1995. p.7-26.
- DIAS, Célia Consolação. A análise de domínio, as comunidades discursivas, a garantia da literatura e outras garantias. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 25, n. 2. p. 7-17, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/7>. Acesso em: 18 nov. 2022.
- DROBNICKI, John A. **Bliss**: The Man and the Classification. City University of New York (CUNY): CUNY Academic Works, 1996. *E-Book*. Disponível em: http://academicworks.cuny.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1014&context=yc_pubs . Acesso em: 16 nov. 2022.
- FERNANDES, Geni Chaves. O objeto de estudo da Ciência da Informação. **Informare**: Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p. 25-30, 1995.
- FURNER, Jonathan. Interrogating "Identity": A Philosophical Approach to an Enduring Issue in Knowledge Organization. **Knowledge Organization**, Wurzburg, v. 36, n. 1, p. 3-16, 2009.
- GARCÍA GUTIÉRREZ, Antonio. Knowledge Organization from a 'Culture of the Border' Towards a Transcultural Ethics of Mediation. *In*: LÓPEZ HUERTAS, Maria José (ed.). **Challenges in**

Knowledge Representation and Organization for the 21st Century: Integration of Knowledge Across Boundaries. Würzburg: Ergon, 2002. p. 516-22.

GARCÍA MARCO, Francisco Javier. Avances en organización del conocimiento en España: los II encuentros sobre organización del conocimiento en los sistemas de información y documentación. *In:* GARCÍA MARCO, Francisco Javier (ed.). **Organización del conocimiento en sistemas de información y documentación.** Zaragoza : Librería General, 1997. v.1, p. 7-12.

GNOLI, Claudio. Ten Long-Term Research Questions in Knowledge Organization. **Knowledge Organization**, Wurzburg, v.35, n.2/3, p.137-149, 2008.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves. Aspectos éticos em organização e representação do conhecimento (O.R.C.): uma reflexão preliminar. *In:* González de Gómez, Maria Nélide; Orrico, Evelyn Goyannes Dill (Org.). **Políticas de memória e informação:** reflexos na organização do conhecimento. Natal: EDUFRN, 2006, p.237-264.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves. Slanted knowledge organization as a new ethical perspective. *In:* ANDERSEN, Jack; SKOUVIG, Laura (eds.). **The organization of knowledge:** caught between global structures and local meaning. Bingley: Emerald, 2017. p. 87-102

HAAS, Peter M. Do regimes matter: epistemic communities and Mediterranean pollution control. **International Organization**, Cambridge, v. 43, n. 3, p. 377-403, 1989.

HAAS, Peter M. Epistemic communities and international policy coordination. **International Organization**, Cambridge, v. 46, n. 1, p. 01-35, 1992.

HJØRLAND, Birger. Domain analysis in information Science: eleven approaches traditional as well as innovative. **Journal of Documentation**, London, v. 58, n. 4, p. 422-462, 2002a.

HJØRLAND, Birger. Epistemology and the socio-cognitive perspective in information science. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, c v.53, n.4, p. 257-270, 2002b.

HJØRLAND, Birger. Meta-analysis should also be visible inside information science (Letter to the Editor). **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, Hoboken, NJ, v.53, n.4, p. 324, 2002c.

HJØRLAND, Birger. Arguments for epistemology in information science. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, Hoboken, NJ, v. 54, n.8, p. 805-806, 2003.

HJØRLAND, Birger. "What is Knowledge Organization (KO)?" **Knowledge Organization**, Wurzburg, v.35, n. 2/3, p. 86-101, 2008b.

HJØRLAND, Birger. Concept theory. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, Hoboken, NJ, v. 60, n.8, p. 1519-1536, 2009.

HJØRLAND, Birger. The foundation of the concept of relevance. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, Hoboken, NJ, v. 61, n.2, p. 217-237, 2010.

HJØRLAND, Birger. The importance of theories of knowledge: Indexing and information retrieval as an example. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, Hoboken, NJ, v.62, n.1, p.72-77, 2011.

HJØRLAND, Birger. Citation analysis: A social and dynamic approach to knowledge organization. **Information Processing and Management**, Amsterdam, v.49, n.6, p. 1313-1325, 2013.



HJØRLAND, Birger. "Theories are Knowledge Organizing Systems (KOS)". **Knowledge Organization**, Würzburg, v.42, n. 2, p. 113-128, 2015.

HJØRLAND, Birger. Knowledge organization. *In*: HJØRLAND, Birger; GNOLI, Claudio (eds.) **Encyclopedia of knowledge organization**. 2017. Disponível em: http://www.isko.org/cyclo/knowledge_organization. Acesso em: 11 nov. 2022.

HJØRLAND, Birger; ALBRECHTSEN, Hanne. Toward a new horizon in Information Science: domain analysis. **Journal of the American Society for Information Science**, Washington, v. 46, n. 6, p. 400-425, 1995.

HJØRLAND, Birger; NICOLAISEN, Jeppe. The social psychology of information use: seeking "friends", avoiding "enemies". **Information Research**, Sheffield, v.15, n.3, 2010. Disponível em: <http://www.informationr.net/ir/15-3/colis7/colis706.html>. Acesso em: 21 nov. 2022.

HUDON, Michèle. Multilingual thesaurus construction: integrating the views of different cultures in one gateway to knowledge and concepts. **Knowledge Organization**, Würzburg, v. 24, n. 2, p. 84-91, 1997.

HUDON, Michèle. Accessing documents and information in a world without frontiers. **The Indexer**, London, v. 21, n. 4, p. 156-159, 1999.

JAENECKE, Peter. To what end knowledge organization? **Knowledge organization**, Würzburg, v. 21, n.1, p. 3-11, 1994.

KIEL, Ewald. Knowledge Organization Needs Epistemological Openness. **Knowledge Organization**, Würzburg, v.21, n.2, p.148-152, 1994.

LARA, Marilda Lara Lopes Ginez de. Informação, informatividade e lingüística documentária: alguns paralelos com as reflexões de Hjørland e Capurro. **DataGramZero**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 6, 2008. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/6550>. Acesso em: 22 nov. 2022.

LÓPEZ-HUERTAS, Maria José. Some current research questions in the field of knowledge organization. **Knowledge Organization**, Würzburg, v.35, n.2/3, p. 113-136, 2008.

MELO, Cidiane Vaz; MAGALHÃES, Andrea Seixas; CARNEIRO, Terezinha Féres; MACHADO, Rebeca Nonato. As dimensões da comunicação na obra freudiana. **Contextos Clínicos**, São Leopoldo, v.10, n. 2, p.235-246, 2017. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-34822017000200009&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 12 nov. 2022.

MENDES, Luciana Corts; LARA, Marilda Lara Lopes Ginez de. Em busca de um corpo teórico-conceitual da ciência da informação: uma análise crítico-hermenêutica. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 13, p. 10-14, 2017. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/773>. Acesso em 12 nov. 2022.

MEYER, Morgan; MOLYNEUX-HODGSON, Susan. Introduction: the dynamics of epistemic communities. **Sociological Research Online**, Guildford, v. 15, n. 2, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.5153/sro.2154>. Acesso em: 11 nov. 2022.

MORIN, Edgar. **Cabeça bem-feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

NASCIMENTO, Denise Morado; MARTELETO, Regina Maria. Social field, domains of knowledge and informational practice. **Journal of Documentation**, London, v. 64, n. 3, p 397-412, 2008.

OLIVEIRA, Walter Clayton. **Ciberespaço, técnica e hermenêutica: diálogos da ciência da informação**. 2013. 133 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/103368>. Acesso em: 13 nov. 2022.

OLSON, Hope. A. **The power to name: locating the limits of subject representation in libraries**. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 2002.

POMBO, Olga. Da classificação dos seres à classificação dos saberes. **Revista da Biblioteca Nacional de Lisboa**, Lisboa, v.2, p. 19-33, 1998.

SAN SEGUNDO, Rosa. **Sistemas de organización del conocimiento: la organización del conocimiento en las bibliotecas españolas**. Madrid: Universidad Carlos III de Madrid, Boletín Oficial del Estado, 1996.

SMIRAGLIA, Richard P. Epistemology of Domain Analysis. *In*: LEE, Hur Lee.; SMIRAGLIA, Richard P. (eds.). **Cultural frames of knowledge**. Wurzberg: Ergon, 2012. p.111-124

SMIRAGLIA, Richard P. The Epistemological Dimension of Knowledge Organization. **Revista IRIS - Informação, Memória e Tecnologia**, v.2, n.1 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/IRIS/article/view/498/402>. Acesso em: 14 nov. 2022.

SMIT, Johanna Wilhelmina; BARRETO, Aldo. Albuquerque. Ciência da informação: base conceitual para a formação do profissional. *In*: VALENTIM, Marta Lúcia Pomim (org.). **Formação do profissional da informação**. São Paulo: Polis, 2002. p.9-23.

SWALES, John M., 1990. The Concept of Discourse Community. *In*: SWALES, John M. **Genre analysis: English in academic and research settings**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990. p. 471-473

TENNIS, Joseph T. Two Axes of Domain Analysis. **Knowledge Organization**, Wurzberg, v. 30, n.3/4, p.191-195, 2003.

TENNIS, Joseph T. Epistemology, Theory, and Methodology in Knowledge Organization: Toward a Classification, Metatheory, and Research Framework. **Knowledge Organization**, Wurzberg, v.35, n.2, p.102-112, 2008.

TOGNOLI, Natália Bolfarini, SCHMIDT, Clarissa; GUIMARÃES, José Augusto Chaves. Context as a Core Concept in Archival Knowledge Organization. *In*: LYKKE, Marianne; SVARRE, Tanja; HAYNES, David; SKOV, M.; THELLEFSEN, Martin; MARTÍNEZ-ÁVILA, Daniel (eds.) **Knowledge Organization across Disciplines, Domains, Services, and Technologies**. Baden-Baden: Ergon, 2022. p.273-284.

TÖNNIES, Ferdinand. **Comunidad y Sociedad**. Buenos Aires: Losada, 1947.

NOTAS

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA:

Este artigo constitui um exercício de efetiva coautoria em que ambos os autores participaram de todas as etapas de elaboração.

Concepção e elaboração do manuscrito, Coleta de dados, Análise de dados, Discussão dos resultados, e Revisão e aprovação: W.C. Oliveira, J.A.C. Guimarães

FINANCIAMENTO:

Não se aplica

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM:

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA:

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES:

Não se aplica.

LICENÇA DE USO

Os autores cedem à **Encontros Bibli** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution](#) (CC BY) 4.0 International. Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os **autores** têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação. Publicação no [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

Edgar Bisset Alvarez, Ana Clara Cândido, Patrícia Neubert, Genilson Geraldo, Mayara Madeira Trevisol, Jônatas Edison da Silva.

HISTÓRICO

Recebido em: 01-12-2022 – Aprovado em: 27-07-2023 - Publicado em: 28-09-2023.

